



RELATÓRIO SUPRAM CM n.º 029/2013

Processo COPAM:	11906/2004/005/2009
Empreendedor:	Siderúrgica Barão de Mauá Ltda.
Atividade (DN 74/04):	Siderurgia e elaboração de produtos siderúrgicos com redução de minério, inclusive ferro-gusa
Código:	B-02-01-1
Endereço:	Rua Euclides Nogueira Gontijo nº 300 – São João
Município:	Sete Lagoas/MG.
Referência:	Recurso à Câmara Normativa e Recursal do COPAM - CNR

1. BREVE HISTÓRICO

Em 22/02/2010 o Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM, através da Unidade Regional Colegiada (URC) Bacia do Rio das Velhas decidiu pela concessão da Licença de Operação à Siderúrgica Barão de Mauá para a ampliação do volume útil e produção do Alto Forno (atual 30 ton/dia para 350 ton/dia) - Processo Administrativo PA nº 11906/2004/005/2009 – Certificado de Licença de Operação nº 020 condicionada às determinações constantes nos Anexos I, II e III e ao atendimento aos padrões da Legislação Ambiental do Estado, com validade por quatro anos.

Em 29/03/2010 o empreendedor inconformado com a decisão do Conselho protocolou junto à SUPRAM CM, sob nº R034339/2010 seu pedido de RECURSO relativo às condicionantes de nº 01 e nº 02 do processo de licenciamento ambiental, quais sejam:

1 – Substituir o Programa de auto-monitoramento, conforme definido na Licença de Operação – LO nº 486 – PA nº 11906/2004/001/2005, pelo auto monitoramento constante no Anexo II deste Parecer	Durante a vigência da LO
2 – Solicitar ao Instituto Estadual de Florestas/Gerência de Compensação Ambiental - IEF/GECAM cumprimento da compensação ambiental de acordo com o Decreto 45.175/09	30 dias após a publicação da decisão da URC

Em 30 de agosto de 2010, o Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM através da Unidade Regional Colegiada Rio das Velhas, por disposição regimental, reuniu-se para avaliar a possibilidade de reconsideração no recurso apresentado pela Siderúrgica Barão de Mauá Ltda, tomando como subsídio o parecer único SUPRAM CM nº 310/2010.

Porém, o processo foi baixado em diligência, com o retorno previsto para a próxima reunião do COPAM, ocorrida em 27/09/2010. Durante este período, em 24/09/2010, a empresa protocolou junto à SUPRAM CM sob nº R107683/2010, relatório técnico referente ao programa de automonitoramento para efluentes atmosféricos elaborado pela EME – Engenharia Ambiental Ltda, que justificou o não enquadramento do empreendimento como Usina Siderúrgica Integrada



ou Semi-Integrada conforme definido pela Resolução CONAMA nº 382 e solicitou aplicar ao empreendimento a Deliberação Normativa COPAM DN 49/2001, adotada para o setor produtor de ferro gusa do Estado de Minas Gerais.

Também naquele relatório técnico reportou-se sobre o padrão de emissão de material particulado adotando o limite permitido pela DN o qual seja, 100 mg/Nm³, haja vista que a empresa está instalada em zona mista e que os equipamentos foram instalados em data posterior a publicação da Deliberação Normativa COPAM nº 49/2001 e ainda relatou que a referida DN, como também a própria Resolução CONAMA, não definiu padrão de monitoramento para o parâmetro SO₂, e conclui pela alteração da condicionante nº 01 no que se refere ao programa de automonitoramento de efluentes atmosféricos, adotando como referência o mesmo padrão de emissão definido pela Deliberação Normativa COPAM nº 49/2001, considerando apenas o parâmetro: material particulado.

Necessário salientar que a apresentação de tal relatório contrariou as disposições do art. 25 do Dec. 44.844/08, que afirma não ser possível a emenda a recurso após a sua apresentação.

Em 27/09/2010 o processo retornou a pauta, porém, nesta reunião os Conselheiros Carlos Eduardo representante do Ministério Público, Marco Aurélio, representante da FEDERAMINAS, Paula Aguiar representante da FIEMG e Sídor Clévio, representante da SEDE, solicitaram vistas ao processo.

Assim, em 26 de outubro de 2010, o processo retornou novamente a Pauta da Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Rio das Velhas do Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM, sendo então, baixado, novamente em diligência, pelo Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM e Presidente suplente da URC/COPAM Rio das Velhas, Sr. José Cláudio Junqueira Ribeiro, motivado pelas circunstâncias de enquadramento das emissões atmosféricas, seja pela Deliberação Normativa COPAM nº 49/2001 ou pela Resolução CONAMA nº 382/2006. Naquela oportunidade, determinou o retorno do processo na próxima reunião do COPAM que seria realizada em novembro/2010.

Contudo, passados 5 (cinco) meses desde aquela última reunião do COPAM presidida pelo então Presidente da FEAM, não houve qualquer nova informação nos autos. Assim, encaminhou-se novamente ao COPAM, em 14/04/2011, através do Parecer único SUPRAM CM nº 194/2011, o processo administrativo mantendo-se o mesmo posicionamento descrito nos pareceres únicos anteriores, ou seja, pareceres nº 012/2010 e 310/2010.

Em 02/05/2011, o processo administrativo foi sobrestado pelo Conselho a fim de que a Superintendência de Regularização Ambiental, por intermédio de Diretoria Técnico-Normativa, avaliasse a aplicabilidade da Deliberação Normativa COPAM nº 49/2001 ou Resolução CONAMA nº 382/2006 à situação dos autos.

Em 02/08/2011, após provocação da SURADITEN, a Gerência de Produção Sustentável – GPROD da Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM elaborou o relatório técnico GPROD nº 07/2011, que considerou que o processo industrial da Siderúrgica Barão de Mauá consiste apenas da fase de redução, sendo o ferro gusa seu produto final. Dessa maneira, o empreendimento se enquadraria como siderúrgica não-integrada, não sendo passível de cumprimento da CONAMA nº 382. Conclui-se também que a empresa deveria atender aos



requisitos da DN COPAM nº 49/2001, que dispõe sobre o controle ambiental das indústrias não integradas de produção de ferro gusa.

Nada obstante as conclusões da GPROD/FEAM, em 29/08/2011, o processo foi novamente baixado em diligência pelo Conselho para emissão de parecer conclusivo.

Seguindo-se tal determinação, em 19/12/2011, o processo foi levado à pauta, ancorado no parecer único nº 510/2011 emitido pela SUPRAM CM, e julgado pelo COPAM através da sua Unidade Regional Colegiada – URC Bacia do Rio das Velhas.

Em exame de reconsideração, aquela URC manifestou-se nos seguintes termos “**Deferir o pedido de reconsideração relativo à alteração de condicionantes referentes à Licença de operação – Certificado LO nº 20, emitida em 22/02/2010 para a ampliação do volume útil e produção do alto forno (atual 30 ton/dia para 350 ton/dia), alterando a condicionante nº 01 e mantendo a condicionante nº 02, conforme parecer único nº 510/2011**”.

2. DISCUSSÃO

Tendo o COPAM, por sua URC Bacia do Rio das Velhas examinado processo administrativo referente ao recurso aviado pela empresa e reconsiderado parcialmente sua decisão anterior, deveriam os autos seguir para análise recursal da CNR naquela parte do pedido recursal que não foi objeto de reconsideração, ou seja, somente em relação à condicionante n. 02 que trata da compensação ambiental.

Porém, há uma divergência entre o que o empreendedor pleiteia em seu recurso e a redação da condicionante no parecer único nº 510/2011.

Pelo parecer único nº 510/2011, conclui pela substituição da condicionante nº 01 que passará a ter à seguinte redação:

Condicionante 01: Monitoramento das fontes fixas de emissões atmosféricas conforme tabela abaixo:

Local de Amostragem	Parâmetro	Frequência	Padrão
Chaminé do AF, Descarga de Carvão	Material particulado (MP)	Trimestral	50 mg/Nm ³ (MP)
Glendons	Material particulado (MP), e caso a empresa utilize Coque (até um percentual máximo de 20% em peso) monitorar também SOx	Trimestral	e 800mg/Nm ³ (SOx)

Entretanto, o empreendedor alega em seu recurso que a empresa realize o programa de auto-monitoramento de efluentes atmosféricos, através da apuração nas fontes: Chaminés do alto forno, descarga de carvão e glendons, com o monitoramento apenas do parâmetro: Material Particulado (MP), adotando o padrão de emissão de 100 mg/Nm³, considerando que o empreendimento encontra-se localizado em ZONA considerada MISTA. Informa também que o



empreendimento caracteriza-se como uma indústria NÃO INTEGRADA, fugindo, portanto, das normas e padrões estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 382/2006, já que esta se refere tão somente às usinas siderúrgicas integradas e semi-integradas, sendo, desta forma, desnecessário o monitoramento do parâmetro Dióxido de Enxofre.

Face ao exposto requereu que fosse alterada a respectiva condicionante para o seguinte termo:

Local de Amostragem	Parâmetro	Frequência
Chaminé do AF, Descarga de Carvão	Material particulado (MP) em todas as fontes conforme estabelecido pela DN 49/2001	Trimestral
Glendons	Material particulado (MP), em todas as fontes, respeitando o rodízio conforme DN 49/2001, (Art. 5º - Parágrafo 2º, "b")	Trimestral

Desse modo, o recurso deve ser integralmente devolvido à análise da CNR/COPAM, ou seja, deverá essa Câmara deliberar sobre os dois pedidos elaborados em sede recursal.

3. CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, serve o presente relatório para esclarecer os nobres conselheiros da Câmara Normativa e Recursal do COPAM acerca do recurso interposto por Siderúrgica Barão de Mauá Ltda., opinando a Supram CM, nos termos do parecer único que analisou a peça recursal, **pela manutenção da condicionante nº 01**, para a atividade "Adequação do atual Alto Forno", conforme processo administrativo PA nº 11.906/2004/005/2009, aplicando o monitoramento dos parâmetros MP e SOx cujos padrões de lançamento não deverão exceder aos limites de 50 mg/Nm³ para o parâmetro (Material Particulado - MP) e 800mg/Nm³ (SOx) caso a empresa utilize Coque (até um percentual máximo de 20% em peso), além da manutenção da condicionante nº 02.